

## Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



### Odontologia legal

## AVALIAÇÃO DAS EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE DISCIPLINAS DE ODONTOLOGIA LEGAL NO BRASIL – UMA ANÁLISE DOCUMENTAL.

### *Evaluation of menu and bibliographical references of Legal Dentistry disciplines in Brazil – a documental analysis.*

Eduarda Lyssa Ribeiro SILVA<sup>1</sup>, Francielle Nunes de Azevedo ROMANOWSKI<sup>1</sup>, Andreia Diniz DIAS<sup>2</sup>, Rhonan Ferreira SILVA<sup>3</sup>, Leandro Brambilla MARTORELL<sup>4</sup>.

1. Discente\* do Curso de Odontologia. Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.
2. Discente do Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
3. Docente do Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.
4. Docente do Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Universidade Evangélica de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil.

\*Estudante bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular.

#### Informações sobre o manuscrito:

Recebido: 20 de janeiro de 2023  
Aceito: 27 de março de 2023

#### Autor(a) para contato:

Prof. Dr. Leandro Brambilla Martorell  
Avenida, esquina com Praça Universitária. Goiânia,  
Goiás, Brasil. Código Postal: 74605-020.  
E-mail: [lbrmartorell@gmail.com](mailto:lbrmartorell@gmail.com).

#### RESUMO

Nesta pesquisa avaliou-se o plano de ensino de 25 faculdades do Brasil, sendo 5 faculdades por região para melhor representatividade do país. Um instrumento de coleta de dados foi construído para extração das informações necessárias, a saber: ementa e referências bibliográficas. Os dados obtidos por esta pesquisa foram tabulados em planilhas utilizando o programa Microsoft Office Excel. Inicialmente, cada frase das ementas foi transcrita para uma entrada de linha da planilha e forma associadas a 10 categorias de sentido. Foram transpostas para uma ementa provisória e proposta uma versão de ementa final. Já as referências bibliográficas foram descritas em linhas das planilhas, individualmente, e após a inclusão de todas foi feito um ranqueamento por frequência de citação. Em termos quantitativos esta pesquisa evidenciou que, as componentes curriculares de Odontologia Legal, abordam mais frequentemente em suas ementas os conteúdos relacionados às Ciências Forenses e ao Direito, sendo estas duas categorias responsáveis por 51,4% (121) das frases das ementas avaliadas e, Jorge Paulete Vanrell, é o autor mais frequentemente referenciado (80%) com sua obra Odontologia Legal e Antropologia Forense.

#### PALAVRAS-CHAVE

Odontologia legal; Ensino superior; Currículo.

#### INTRODUÇÃO

A Odontologia Legal é uma especialidade odontológica regulamentada pela Resolução n. 63/2005 do Conselho Federal de Odontologia. Esta área tem

como objetivo pesquisar fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos que podem atingir ou ter atingido o homem vivo, morto ou ossada, e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando lesões

parciais ou totais, reversíveis ou irreversíveis<sup>1</sup>. Em 2014, diretrizes foram criadas para estimular o desenvolvimento desta especialidade, elaboradas pela Associação Brasileira de Odontologia Legal (ABOL) e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), sendo importante documento para direcionar o ensino da componente curricular nos cursos de odontologia<sup>2</sup>.

As instituições de ensino superior desempenham um importante papel na formação e inserção de novos cirurgiões-dentistas no mercado de trabalho, e para que estes profissionais estejam preparados para exercerem a profissão de forma satisfatória, faz-se necessário o ensino de Odontologia Legal nos cursos de graduação em Odontologia<sup>2</sup>.

A área de Odontologia Legal tem importância fundamental na formação do profissional, porque mostra ao acadêmico a importância da fundamentação ética e legal no exercício da profissão, apresentando diferentes possibilidades de atuação no mercado de trabalho<sup>3</sup>. Os cirurgiões-dentistas que buscarem trabalhar com esta especialidade da odontologia poderão atuar nas carreiras forenses como peritos odontolegistas ou criminais<sup>4</sup>, em auditorias em setor público ou privado, ou em perícias judiciais em âmbito civil, utilizando conhecimentos odontológicos para responder demandas judiciais<sup>5</sup>.

Tendo em vista a importância do ensino de conteúdos relacionados à Odontologia Legal na formação de futuros profissionais, o objetivo deste trabalho é analisar os planos de ensino de componentes curriculares da área da

Odontologia Legal em diferentes instituições de ensino do país.

## METODOLOGIA

Trata-se de estudo de análise documental, tendo sido avaliados os planos de ensino relacionados às componentes curriculares da área de Odontologia Legal de 25 faculdades de Odontologia do Brasil, em específico, os itens “ementa” e “referências bibliográficas”. O critério de inclusão se baseou na classificação no *ranking* dos melhores conceitos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – (Enade) de 2019, disponibilizadas pelo Ministério da Educação (MEC). Para maior representatividade para todo o território nacional foram escolhidas 5 faculdades por Região do Brasil, perfazendo o total de 25 faculdades. Nos casos de empate, o desempate foi feito de acordo com as avaliações do Conceito Enade (contínuo) de 2019. Foram excluídas faculdades de odontologia que: (1) tinham o Conceito Enade na faixa baixo; (2) não ofertavam a componente curricular de Odontologia Legal; (3) não se conseguiu contato com a instituição e o site institucional não disponibilizava o Projeto Pedagógico de Curso. As faculdades selecionadas encontram-se na Tabela 1.

Após a seleção das faculdades, os pesquisadores acessaram o sítio eletrônico das mesmas em busca de informações sobre o Projeto Pedagógico de Curso (PPC). As instituições que não disponibilizaram o PPC no sítio eletrônico eram contactadas via *e-mail* para pedido de acesso. Após essa identificação, os planos de ensino das componentes curriculares de

Odontologia Legal disponíveis no PPC foram buscados e analisados. Um instrumento de coleta de dados foi

construído para extração das informações necessárias, a saber: ementa e referências bibliográficas.

**Tabela 1: Faculdades selecionadas, região, cidade, unidade federativa (UF), Conceito Enade e nota Enade.**

Região	Faculdade	Cidade/UF	Conceito Enade	Nota Enade
Norte	UFAM – Universidade Federal do Amazonas	Manaus - AM	4,6252	5
	UFPA – Universidade Federal do Pará	Belém - PA	3,5355	4
	UEA – Universidade do Estado do Amazonas	Manaus - AM	3,0114	4
	CESUPA – Centro Universitário do Estado do Pará	Belém - PA	2,9043	3
	UNISL – Centro Universitário de São Lucas	Porto Velho - RO	2,5842	3
Nordeste	UFC – Universidade Federal do Ceará	Sobral - CE	4,7078	5
	UFAL – Universidade Federal de Alagoas	Maceió – AL	4,0966	5
	UFPI – Universidade Federal do Piauí	Terezina - PI	4,0613	5
	UFC – Universidade Federal do Ceará	Fortaleza - CE	3,9058	4
	UPE – Universidade de Pernambuco	Arcoverde - PE	3,8662	4
Centro-Oeste	UnB – Universidade de Brasília	Brasília - DF	4,0414	5
	UFG – Universidade Federal de Goiás	Goiânia - GO	3,8248	4
	UCB – Universidade Católica de Brasília	Brasília - DF	3,1938	4
	UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Campo Grande - MS	3,1368	4
	UNIEVANGÉLICA – Universidade Evangélica de Goiás	Anápolis - GO	3,1362	4
Sudeste	USP – Universidade de São Paulo	São Paulo - SP	5	5
	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte - MG	4,1524	5
	UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora - MG	4,0503	5
	UNESP – Universidade Estadual Paulista	Araçatuba - SP	3,8765	4
	UFF – Universidade Federal Fluminense	Nova Friburgo - RJ	3,843	4
Sul	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS	4,3736	5
	UFPR – Universidade Federal do Paraná	Curitiba - PR	3,8933	4
	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis - SC	3,7731	4
	UEL – Universidade Estadual de Londrina	Londrina - RS	3,6802	4
	UPF – Universidade de Passo Fundo	Passo Fundo - RS	3,3138	4

Fonte: Adaptado do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>.

Os dados obtidos por esta pesquisa foram tabulados em planilhas utilizando o programa *Microsoft Office Excel* para *Windows* (*Microsoft*

*Corporation, Washington, EUA*). Inicialmente, cada frase das ementas foi transcrita para uma entrada de linha da planilha. Em seguida, um pesquisador

(LBM) fez a leitura sequenciada de todas as entradas, associando-as a categorias de sentido. Quando todas as frases das ementas estavam associadas a uma categoria de sentido, cada categoria de sentido foi analisada individualmente, relendo todas as frases da categoria. Assim, foi possível comparar e analisar tais frases e, por meio da união e/ou intersecção das demais, chegou-se a uma frase final que poderia representar o todo da categoria de sentido. Este processo foi feito para cada uma das categorias de sentido. Quando todas as frases finais das categorias de sentido ficaram prontas, foram transpostas para uma ementa provisória. Esta ementa foi lida pelo pesquisador e, após adaptações no texto para se evitar repetições entre as frases e deixar o texto coeso, foi proposta uma versão final de ementa.

Já as referências bibliográficas foram descritas em linhas das planilhas, individualmente, e após a inclusão de todas foi feito um ranqueamento por frequência de citação.

## RESULTADOS

Foram avaliados os planos de ensino de 36 componentes curriculares, sendo 8 (22,2%) na Região Norte, 7 (19,5%) na Região Nordeste, 8 (22,2%) na Região Centro-Oeste, 5 (13,9%) na Região Sudeste e 8 (22,2%) na Região Sul. Deste total, o nome mais frequentemente utilizado para a componente curricular foi o de Odontologia Legal, em 11 (30,5%) ocorrências. Outros nomes como Odontologia Legal e Bioética, Odontologia Legal e Deontologia, Odontologia Forense,

Orientação Profissional, Organização da Prática Odontológica, Gerenciamento de Carreira, Projeto Integrador e até mesmo Saúde Coletiva também foram encontrados e fizeram parte da avaliação por trabalharem com os conteúdos da área de Odontologia Legal.

Deste total de planos de ensino foi possível extrair 235 frases, o que indica uma média de 6,5 frases por ementa/plano de ensino. A partir da análise foram definidas pelos pesquisadores 10 categorias de sentido, a saber: Ciências Forenses; Direito; Orientação profissional; Ética profissional; Histórico e contexto; Bioética; Fundamentação ética; Documentação odontológica; Relação profissional-paciente; e Ética em pesquisa. A distribuição da quantidade de frases associadas a cada uma das categorias de sentido encontra-se na Tabela 2.

**Tabela 2 – Quantidade de frases analisadas por categoria de sentido.**

<b>Categoria de sentido</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ciências Forenses	76	32,3
Direito	45	19,1
Orientação profissional	29	12,3
Ética profissional	27	11,4
Histórico e contexto	14	5,9
Bioética	11	4,6
Fundamentação Ética	11	4,6
Documentação odontológica	10	4,2
Relação profissional-paciente	7	2,9
Ética em pesquisa	4	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>100%</b>

Dentro da categoria Ciências Forenses foram encontradas 76 (32,3%) frases em que foram discutidos temas

sobre: Antropologia, Traumatologia e Tanatologia Forense. Noções de medicina legal aplicada à odontologia. Lesões corporais contusas, cortantes, perfurantes, corto-contusas, pérfuro-cortantes, pérfuro-contundentes. Energias lesivas de ordem mecânica, química, físico-química, mista. Toxicologia e laboratório clínico legal. Identidade e Identificação. Estudo da identificação pelos dentes. O estudo das Mordeduras. Queiloscopia. Rugoscopia Palatina. Causas jurídicas e diagnóstico da realidade da morte. Estimativa do tempo de morte, necropsia, exumação. Desastres em massa. Perícias e peritos. Estrutura do laudo pericial odontológico. Coleta de dados antemortem e postmortem. Infortunistica. Saúde do trabalhador. Doenças ocupacionais. Atividades insalubres.

Dentro da categoria do Direito foram encontradas 45 (19,1%) frases que têm discutido temas como: Fundamentos teóricos jurídicos aplicados ao exercício da Odontologia. A Constituição da República Federativa do Brasil e os direitos e garantias individuais. O Código Civil, Penal, Defesa do Consumidor e o exercício profissional. Responsabilidade ética, administrativa, trabalhista, criminal do CD em relação às leis e como promotor de saúde e defensor dos direitos humanos. O exercício legal e ilegal da Odontologia. Análise da legislação e atribuições do pessoal auxiliar. O erro odontológico. O crime doloso e culposo. Maus tratos a criança. Direito da Mulher e Direito do Trabalho Aplicado.

Na categoria Orientação Profissional encontrou-se 29 (12,3%) frases

que têm discutido: Estudo dos aspectos sociais da profissão, mercado de trabalho, especialidades em odontologia, gerenciamento e marketing em Odontologia. Organização e administração do consultório. Racionalização do trabalho. Higiene do trabalho. Equipe odontológica. Previdência social. O Imposto de Renda e demais Tributos. Convênios e credenciamentos. Resoluções CFO 19/2001 e 20/2001. Auditorias odontológicas.

Na categoria Ética Profissional foram encontradas 27 (11,4%) frases que discutiam: Conselhos Regional e Federal de Odontologia. Código de Ética Odontológica. Deontologia e Diceologia Odontológica. Aspectos éticos da atuação profissional no âmbito público e privado. Responsabilidade, segredos e honorários profissionais. O sigilo profissional.

Na categoria História e Contexto foram encontradas 14 (5,9%) frases que discutiam temas como: Histórico e estudo da Odontologia Legal e da Deontologia. Aplicabilidade da Odontologia Legal como especialidade e sua relação com os demais ramos do conhecimento. As instituições odontológicas. Formação da identidade do profissional. Iatrogenia.

Na categoria Bioética foram encontradas 11 (4,6%) frases que discutiam: História e conceituação e principais teorias da Ética e Bioética. Bioética: princípios e aplicações em Odontologia. Comitês e comissões hospitalares de ética e bioética. Transplante de órgãos. Transgênicos. Aborto, envelhecimento e eutanásia.

Na categoria de Fundamentação Ética foram encontradas 11 (4,6%) frase que discutiam sobre: Fundamentos da ética, moral, valor, direito e justiça social. Articulação entre valores e recursos tecnológicos. A dignidade do ser humano. Odontologia como direito social. Reflexão sobre a ética da responsabilidade pública e individual.

Na categoria Documentação Odontológica foram encontradas 10 (4,2%) frases que discutiam sobre: Esclarecimentos sobre os documentos utilizados na prática clínica. Prontuários, perícias e atestados Odontológicos.

Na categoria Relação Profissional-paciente foram encontradas 7 (2,9%) frases que discutiam: Análise da relação profissional-paciente: poder técnico *versus* poder moral. Consentimento livre e esclarecido na prática profissional e na pesquisa científica. Contrato de prestação de serviços em Odontologia. O paciente individual e coletivamente considerado.

Na categoria Ética em Pesquisa foram encontradas 4 (1,7%) frases que discutiam: Diretrizes éticas para a pesquisa em humanos. Autonomia de pacientes e participantes de pesquisa. Comitê de Ética em Pesquisa.

Considerando os procedimentos metodológicos, a proposição da versão final da ementa ficou assim descrita: Antropologia, Traumatologia e Tanatologia Forense. Noções de medicina legal aplicada à odontologia. Fundamentos teóricos jurídicos aplicados ao exercício da Odontologia. Organização e administração do consultório. Código de Ética Odontológica. Histórico e estudo da

Odontologia Legal e da Deontologia. Conceituação e principais teorias da Ética e Bioética. Documentação odontológica. Relação profissional-paciente. Diretrizes éticas para a pesquisa em humanos.

As referências bibliográficas foram hierarquizadas de acordo com a frequência e aquelas mais frequentemente citadas estão descritas na Tabela 3.

**Tabela 3 – Frequência de menção às referências bibliográficas**

Referência Bibliográfica	N	%
VANRELL, J. P. Odontologia Legal e Antropologia Forense. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002	20	80
CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Código de Ética Odontológica. Resolução no. 118 de 11 de maio de 2012. Rio de Janeiro, CFO, 2012.	17	68
SILVA, M. Compêndio de Odontologia Legal. Rio de Janeiro: MEDSI, 1997.	15	60
SILVA, R.H.A., & Colaboradores. Orientação Profissional para o Cirurgião-dentista: ética e legislação. São Paulo: Santos, 2010.	11	44
FRANÇA, G.V. Medicina Legal, 7ª ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2007.	8	32
ARBENZ, G. O. Medicina Legal e Antropologia Forense. Rio de Janeiro, Livraria Atheneu, 1988.	5	20
BRASIL. Código de Defesa do Consumidor. Brasília: Ministério da Fazenda, 1998.	5	20
BRASIL. Código Civil Brasileiro, Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 54ª edição (Editora Saraiva). São Paulo, 2003.	5	20

## DISCUSSÃO

Em termos quantitativos esta pesquisa evidenciou que, dentre os planos de ensino das faculdades selecionadas, as

componentes curriculares de Odontologia Legal, abordam mais frequentemente em suas ementas os conteúdos relacionados às Ciências Forenses e ao Direito, sendo estas duas categorias responsáveis por 51,4% (121) das frases das ementas avaliadas e, Jorge Paulete Vanrell, é o autor mais frequentemente referenciado com sua obra *Odontologia Legal e Antropologia Forense*<sup>6</sup>.

Tal achado que enfatiza as Ciências Forenses e o Direito é coerente com a formação histórica da componente curricular de Odontologia Legal uma vez que se compreende que seu amadurecimento se deu após valiosa contribuição da área na identificação das vítimas do incêndio ocorrido no Bazar da Caridade, em Paris, 1897<sup>7,8</sup>. Ademais, a própria concepção e compreensão da Odontologia Legal como especialidade evidencia características que a aproximam destas categorias. Odontologia Legal é aquela que objetiva a “pesquisa de fenômenos psíquicos, físicos, químicos e biológicos que podem atingir ou ter atingido o homem, vivo, morto ou ossada, e mesmo fragmentos ou vestígios, resultando lesões parciais ou totais reversíveis ou irreversíveis”<sup>9</sup>.

No outro extremo, categorias como bioética, fundamentação ética, relação profissional-paciente e ética em pesquisa estiveram menos frequentemente associadas a estas componentes curriculares. Aqui, o primeiro ponto de discussão observado é o da menor frequência comparado às outras categorias encontradas. Esta condição pode ser explicada pela provável existência de

outras componentes curriculares que assumem estes conteúdos nas matrizes curriculares como, por exemplo, aquelas mais nucleares para a bioética<sup>10</sup> e até mesmo em pesquisa ou metodologia científica quando se pensa no estudo das normativas para ética em pesquisa.

Por outro lado, um segundo ponto de discussão levantado é a existência destas categorias em associação à Odontologia Legal. Esta situação aponta para um maior imbricamento entre componentes curriculares, ou seja, manifestam um potencial exercício de interdisciplinaridade<sup>11</sup>. Esta pretensão também dialoga com outro resultado desta pesquisa, o de ter sido encontrado nomenclatura de componentes curriculares em associação com, por exemplo, a Bioética e a Orientação Profissional. Além disso, as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)<sup>12</sup> para os cursos de Odontologia trazem demandas que podem influenciar na construção de ementas integradoras/ interdisciplinares por parte do corpo docente.

Destacam-se os seguintes trechos das DCNO que indicam a formação de um estudante capaz de: “fundamentar a atenção à saúde nos princípios da ética e da bioética, bem como nas legislações regulatórias do exercício profissional, levando em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico” e “participar de investigações científicas, respeitando o rigor científico e os princípios de ética em pesquisa, além de desenvolver o pensamento crítico, reflexivo e criativo e a capacidade de buscar e produzir conhecimento”<sup>12</sup>. Nestes dois

trechos é possível perceber que há menção direta à bioética e à ética em pesquisa, assim, é possível que aquelas componentes curriculares que trabalhem com Odontologia Legal estejam também contribuindo para esta formação, discutindo estes conteúdos de fronteira ou intersecção com outras componentes curriculares.

Esta aproximação assemelha-se àquela encontrada por Costa et al. (2019)<sup>13</sup> que, ao avaliar 37 instituições de nível superior em Minas Gerais, encontraram que 38% (14) delas ofertavam componente curricular que conjugava Ética e Odontologia Legal, ainda que em outras instituições um e/ou outro componente também estivesse presente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os planos de ensino de componentes curriculares da área da Odontologia Legal nas diferentes

instituições de ensino do país aqui avaliadas parecem ter incorporado, para além das questões tidas como mais tradicionais à área de Odontologia Legal, outros conteúdos e objetivos afeitos a área correlatas como a ética/bioética e a orientação profissional. Este movimento pode ser reflexo das constantes revisões pelas quais passam os Projetos Pedagógicos de Cursos, buscando adequar a realidade de ensino aos objetivos institucionais e de melhor formação profissional.

Entende-se que esta pesquisa pode colaborar para os professores que trabalham em instituições que estejam no processo de readequação da área em seus PPC, mas também para aquelas que estão abrindo cursos e necessitam de referências sobre como o ensino da Odontologia Legal tem se dado no país, a partir do objeto de estudo aqui apresentado.

## ABSTRACT

In this research, the teaching plan of 25 colleges in Brazil was evaluated, with 5 colleges per region for better representation of the country. A data collection instrument was built to extract the necessary information, namely: menu and bibliographic references. The data obtained by this research were tabulated in spreadsheets using the Microsoft Office Excel program. Initially, each sentence of the menus was transcribed into a line entry in the spreadsheet and was associated with 10 categories of meaning. They were transposed to a provisional menu and a version of the final menu was proposed. The bibliographic references were described in lines of the spreadsheets, individually, and after the inclusion of all, a ranking was performed by citation frequency. In quantitative terms, this research showed that the Forensic Dentistry disciplines more frequently address content related to Forensic Sciences and Law in their menus, these two categories being responsible for 51.4% (121) of the sentences of the evaluated menus and, Jorge Paulete Vanrell is the author most frequently referenced (80%) with his work *Odontologia Legal e Antropologia Forense*.

## KEYWORDS

Forensic dentistry; Universities; Curriculum.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia. Resolução n 63, 8 de abril de 2005.
2. Brites NA et al. Odontologia Legal no ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul. *Revista Abeno*. 2016; 16(3): 36-45.
3. Orestes-Cardoso S et al. Representação de valores morais para o exercício profissional em estudantes de odontologia. *Revista bioética*. 2015; 23(1):178-86; 2015. <https://doi.org/10.1590/1983-80422015231058>
4. Beaini TL et al. Dinâmica de perícia em local de crime na componente curricular de odontologia forense da FO-USP. *Revista*



- de graduação USP. 2016; 1(1):77-81.  
<https://doi.org/10.11606/issn.2525-376X.v1i1p77-81>.
5. Silva EF et al. Perspectivas de atuação como docente e em foro civil para especialista em odontologia legal. Revista Abeno. 2016;16(4):95-106.  
<https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v16i4.351>.
  6. Vanrell JP. Odontologia Legal e Antropologia Forense. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.
  7. Silva RF, Silva RHA, Franco A, Oliveira RN, Daruge Junior E. A história da Odontologia Legal no Brasil – Parte 1: origem enquanto técnica e ciência. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017; 4(2): 87-103.  
<http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i2.139>.
  8. Silva RF, Franco A, Matoso RI, Silva RHA. A história da Odontologia Legal no Brasil. Parte 2: origem enquanto componente curricular e especialidade. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017; 4(3):67-88.  
<https://doi.org/10.21117/rbol.v4i3.149>.
  9. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO 063/2005. Aprova a Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em:  
<http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/10/consolidacao.pdf>. Acesso em: 25/10/2022.
  10. Finkler M, Maluf F, Pires ROM. Referenciais e experiências de ensino em bioética: 3ª reunião do grupo de professores de Bioética em Odontologia da ABENO. Revista da ABENO, 20(2):159–167.  
<https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v20i2.1140>
  11. Oliveira LSR. A Intercomponente curricularidade e as mudanças curriculares nos cursos de graduação em odontologia. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.
  12. Brasil. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras Providências. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file>. Acesso em: 25/10/2022
  13. Costa GLG, Martins BPA, Oliveira CAS. Odontologia Legal: avaliação dos currículos dos cursos de graduação das Faculdades de Minas Gerais. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2019;6(2):31-40.  
<https://doi.org/10.21117/rbol.v6i2.245>.